

ASSIGNATURAS	
Por um anno	10\$000
Por seis meses	5\$600
Por tres meses	3\$000
Avulso por folha	\$040
Anuncios, por linha	\$060

A correspondencia official da capital de-
ve ser dirigida ao escriptorio do DIARIO DE
LISBOA, na imprensa nacional, onde igual-
mente se deve remetter, franca de porte, a
correspondencia das provincias, assim co-
mo os periodicos que trocarem com o DIARIO
DE LISBOA.

Anunciam-se todas as publicações lit-
terarias, de que se receberem dois exem-
plares.

Suas Magestades e Suas Altezas passam
sem novidade em sua importante saude.

PARTE OFFICIAL

MINISTERIO DOS NEGOCIOS DO REINO

DIRECCÃO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO POLITICA

2.ª Repartição

DESPACHOS DO MEZ DE MARÇO

Querendo dar ao visconde de Seisal, José Mau-
ricio Correia Henriques, do meu conselho, meu en-
viado extraordinario e ministro plenipotenciario nas
cortes de Bruxellas e Haya, um testemunho publi-
co do apreço em que tenho os relevantes serviços
por elle prestados ao estado; e por esperar que seu
filho Pedro Mauricio Correia Henriques se mostrará
sempre digno da real consideração: hei por bem,
annuindo á proposta do ministro e secretario d'esta-
do dos negocios estrangeiros, fazer mercê ao men-
cionado visconde de Seisal de mais uma vida n'este
titulo para desde já se verificar no referido seu fi-
lho Pedro Mauricio Correia Henriques.

O ministro e secretario d'estado dos negocios do
reino assim o tenha entendido e faça executar. Paço
das Necessidades, em 13 de março de 1860.—REI.
—Antonio Maria de Fontes Pereira de Mello.

Attendendo ao merecimento, serviços e mais cir-
cunstancias que concorrem na pessoa de Francisco
Guedes de Carvalho e Menezes, governador civil
do districto de Evora; e querendo conferir-lhe um
publico testemunho da real consideração: hei por
bem fazer-lhe mercê do titulo do meu conselho.

O ministro e secretario d'estado dos negocios do
reino assim o tenha entendido e faça executar. Paço
das Necessidades, em 15 de março de 1860.—REI.
—Antonio Maria de Fontes Pereira de Mello.

Conde do Bomfim, José Lucio Travassos Valdez,
do meu conselho, par do reino, ministro e secreta-
rio d'estado honorario, tenente general, vogal do
supremo conselho de justiça militar, commendador
da ordem militar de S. Bento de Aviz, amigo. Eu
El-Rei vos envio muito saudar como áquelle que
amo. Attendendo aos vossos merecimentos e quali-
dades, e aos valiosos serviços que haveis prestado
ao paiz na carreira das armas e no desempenho de
varios e importantes cargos e commissões de inter-
esse publico; e querendo por estes respositos con-
ferir-vos um testemunho authentico da minha real
consideração: hei por bem elevar-vos á dignidade
de gran-cruz da ordem militar de S. Bento de Aviz.

O que me pareceu participar-vos para vossa in-
telligencia e satisfação; e para que possaes desde já
usar das respectivas insignias vos mando esta carta.

Escrepta no paço das Necessidades, em 8 de mar-
ço de 1860.—REI.—Antonio Maria de Fontes Per-
eira de Mello.—Para o conde do Bomfim, José
Lucio Travassos Valdez, do meu conselho, par do
reino, ministro e secretario d'estado honorario, ten-
ente general, vogal do supremo conselho de justi-
ça militar, commendador da ordem militar de S.
Bento de Aviz.

Conde de Leão de Moltke-Hvitfeldt, enviado ex-
traordinario e ministro plenipotenciario para sua
magedade el-rei de Dinamarca na corte de Paris. Eu
El-Rei de Portugal e dos Algarves, etc., vos en-
vio muito saudar. Attendendo aos vossos distinctos
merecimentos e qualidades; e querendo conferir-vos
um publico testemunho da minha consideração: hei
por bem elevar-vos á dignidade de gran-cruz da
real ordem militar portugueza de Nossa Senhora da
Conceição de Villa Viciosa. O que me pareceu par-
ticipar-vos para vossa intelligencia e satisfação; e
para que possaes desde já usar das respectivas in-
signias vos mando esta carta.

Escrepta em Lisboa no paço das Necessidades,
em 8 de março de 1860.—REI.—Antonio Maria
de Fontes Pereira de Mello.—Para o conde Leão
de Moltke-Hvitfeldt, enviado extraordinario e mi-
nistro plenipotenciario de sua magestade el-rei de
Dinamarca na corte de Paris.

Por diplomas de 6, 7, 8, 13, 14, 15, 27, 28 e
30 de março de 1860, foram agraciados:

Com o grau de commendador da ordem militar de Nossa
Senhora da Conceição de Villa Viciosa

O conselheiro José Cardoso Braga, governador ci-
vil do districto da Guarda.

Com o grau de commendador da mesma ordem por trans-
ferencia da ordem militar de Nosso Senhor
Jesus Christo

O bacharel Luiz Martins Villaga, juiz de direito do
segundo districto criminal de Lisboa.

Com o grau de commendador da ordem militar de Nosso
Senhor Jesus Christo

O conde Aleixo Pilet-Wil, subdito de sua magesta-
de o imperador dos francezes.

O conde de Murça, D. João José Maria de Mello
Abreu Soares de Vasconcellos e Brito Barbosa e
Palha.

Com o grau de commendador da ordem militar
de S. Bento de Aviz

O capitão Falbe, secretario da legação de sua ma-
gestade el-rei de Dinamarca na corte de Londres.

Com o grau de cavalleiro da antiga e muito nobre ordem
da Torre e Espada do Valor, Lealdade e Merito

Antonio Justino de Faria Leal, cirurgião de pri-
meira classe da armada.

Com o grau de cavalleiro da ordem militar de Nossa
Senhora da Conceição de Villa Viciosa

Eduardo Alexandre, subdito de sua magestade o
imperador dos francezes.

Com o grau de cavalleiro da ordem militar de Nosso
Senhor Jesus Christo

Anselmo José Cosmelli, alferes da bateria de arti-
lleria da guarnição da provincia de Moçambique,
Caetano Florencio Collaço, facultativo da provincia
de Moçambique.

O conde Antonio Biordi, subdito toscano.

O cavalleiro Gerhardt, capitão instructor dos lan-
ceiros da guarda imperial franceza.

Gregorio Ganesco, subdito de sua magestade o im-
perador dos francezes.

Henrique Siefert, vice-consul de Portugal em Lyão.
Joaquim da Cruz de Sousa Guimarães, provedor
da casa da misericórdia da cidade de Penafiel.

Joaquim Francisco Collaço, facultativo da provin-
cia de Moçambique.

O cavalleiro Picar, primeiro tenente da armada bel-
ga.

O cavalleiro Sadoine, engenheiro naval de primeira
classe do reino da Belgica.

Com o grau de cavalleiro da ordem militar
de S. Bento de Aviz

Alexandre Thomás de Moraes Sarmento, capitão
do batalhão de infantaria n.º 1, da provincia de
Angola.

Com a medalha de prata para distincção e premio
concedido ao merito, philanthropia e generosidade

Bento Baptista, marítimo.

Frederico Clayton, marinheiro britannico pertencente á
guarnição da nau inglesa Brunswick.

James Hall, capitão da barca inglesa Emerald.

Por diplomas das datas abaixo indicadas tiveram
lugar os seguintes despachos:

6 Maria do Rosario Teixeira Botelho.

13 Maria José.

Therese Emygdia de Andrade.

21 Francisco de Almeida Cardoso.

João Maria de Mendonça Junior.

Maria Fernandes.

26 Christina Rosalina de Almeida Araujo.

13 D. Maria Joanna de Bourbon Giraldes Calde-
ira, filha do par do reino conde da Graciosa:
licença para casar com o doutor em direito
pela universidade de Coimbra, Francisco Au-
gusto Furtado de Mesquita Paiva Pinto, moço
fidalgão com exercicio na casa real.

26 Jacome de Bruges, filho do visconde de Bruges
e da fallecida viscondessa do mesmo titu-
lo, D. Elvira: licença para casar com D. Ma-
ria Ignacia Pacheco, filha de João Pereira For-
jaz de Lacerda, fidalgo cavalleiro da casa real,
e de D. Maria José Pacheco de Mello, já fal-
lecida.

14 João da Costa Rodrigues: nomeação para o lo-
gar de correio a pé da secretaria d'estado dos
negocios do reino, vago pelo fallecimento de
seu pae Manuel Rodrigues.

Relação n.º 909, com referencia ao districto de Lisboa, do titulo de renda vitalicia que se remette pela terceira repartição da direcção geral da contabilidade do ministerio da fazenda ao delegado do thesouro no dito districto, a fim de ser entregue ao interessado, em conformidade das respectivas instrucções, por isso que tem de ser pago pelo respectivo cofre central

TERCEIRA REPARTIÇÃO DA DIRECCÃO GERAL DA CONTABILIDADE, em 14 de abril de 1860.—Alexandre José da Silva e Almeida.

MINISTERIO DOS NEGOCIOS DA GUERRA
N.º 43

Secretaria d'estado dos negocios da guerra,
em 15 de abril de 1860

ORDEN DO EXERCITO
Publica-se ao exercito o seguinte:

Por determinação de Sua Magestade El-Rei:

Batalhão de caçadores n.º 1

Alferes, o alferes do batalhão de caçadores n.º 2,
Victorino Antonio Pastorino.

Batalhão de caçadores n.º 2

Alferes graduado, o alferes graduado do batalhão
de caçadores n.º 1, Henrique Cesar Rolim.

Batalhão de caçadores n.º 4

Capitão da 5.ª companhia, o capitão do batalhão
de caçadores n.º 6, Miguel José da Silva Freire.

Batalhão de caçadores n.º 6

Capitão da 5.ª companhia, o capitão do batalhão
de caçadores n.º 4, Antonio José da Silva.

Capitão da 7.ª companhia, o capitão do regimento
de infantaria n.º 5, Luiz Alves Conto, pelo re-
querer.

Regimento de infantaria n.º 1

Alferes, o alferes do regimento de infantaria n.º 7,
Antonio Infante de Lacerda.

Regimento de infantaria n.º 5

Capitão da 8.ª companhia, o capitão do regimento
de infantaria n.º 14, João José Botelho de Lu-
cena, pelo requerer.

Regimento de infantaria n.º 7

Tenente graduado, o tenente graduado do regimen-
to de infantaria n.º 1, Miguel Cabral Gordilho
de Oliveira Miranda.

Regimento de infantaria n.º 9

Commandante da 6.ª companhia, o major graduado
da companhia de deposito, Casimiro Lopes Mo-
reira Freixo.

Capitão da companhia de deposito, o capitão da 6.ª
companhia, José Manuel Sabino.

Regimento de infantaria n.º 14

Capitão da 6.ª companhia, o capitão do batalhão
de caçadores n.º 6, Libanio Evangelista dos San-
tos, pelo requerer.

Sua Magestade El-Rei manda declarar aspiran-
te a official, por se achar comprehendido nas dis-
posições das cartas de lei de 17 de novembro de 1841,
e 5 de abril de 1845, o aspedado do batalhão de
caçadores n.º 5, Henrique de Lima e Cunha.

Postos e vencimentos mensaes com que ficaram os offi-
ciaes abaixo mencionados, a quem, no mez de março
ultimo, foram reguladas as reformas, que lhes haviam
sido conferidas.

Tenente general, com 120\$000 réis, o marechal de
campo, Adriano Mauricio Guilherme Ferrer, re-
formado pela ordem do exercito n.º 8 do corrente
anno; tenentes coroneis com 40\$000 réis, os
majores de cavallaria, Francisco José Urbano de
Carvalho, reformado pela ordem do exercito n.º
7 do mesmo anno, e de infantaria, Agostinho Pe-
dro Alexandrino, reformado pela dita ordem do
exercito, e Antonio Gervazio da Nobrega, re-
formado pela ordem do exercito n.º 14 de 24 de
dezembro proximo passado; majores, com 38\$000
réis, o major de infantaria, João Pinto da Costa,
reformado pela dita ordem do exercito, o major
graduado de cavallaria, D. Pedro Carlos Teno-
rioso Moscozo, o capitão de cavallaria, Antonio de
Abreu Pereira, reformados ambos pela ordem do
exercito n.º 7 do presente anno, e os capitães de
infantaria, José Antonio Ferreira, e Mauricio Ba-
racho Encerrados Godinho da Nobrega, refor-
mados pela ordem do exercito n.º 3 do corrente
anno; tenentes com 15\$000 réis, o tenente de ca-
vallaria, Joaquim Procopio Canhão, reformado
pela ordem do exercito n.º 14 de 24 de dezem-
bro proximo passado, e o alferes de infantaria,
Joaquim José Pereira de Castro, reformado pela
ordem do exercito n.º 7 do presente anno.

Sua ex.ª o ministro da guerra manda declarar,
na conformidade do artigo 5.º do decreto de 29 de
dezembro de 1849, que os officiaes e praças de pret,
qualquer que seja a sua situação em serviço do
exercito, ou fóra d'elle, que desejem ser admittidos

no hospital de invalidos militares em Runa, devem
remetter, pelas vias competentes, os seus requeri-
mentos á secretaria d'estado dos negocios da guerra,
até 15 de maio proximo futuro; ficando excluidos do
curso, a que o referido artigo manda proceder, os
individuos que requerem depois da mesma
data.

Licença registada concedida ao individuo
abaixo indicado

Ao coronel do regimento de cavallaria n.º 7, José
Xavier de Moraes Pinto, prorrogação por um mez.
—Duque da Terceira.

Está conforme.—O chefe interino da 1.ª direc-
ção, D. Antonio José de Mello.

MINISTERIO DAS OBRAS PUBLICAS,
COMMERIO E INDUSTRIA

Repartição do commercio e industria

Resumo do activo e passivo do banco commercial
do Porto, em 31 de março de 1860

ACTIVO

Existencia em cofre em metal..... 648.137.370

Letras descontadas a receber..... 594.158.370

Emprestimo sobre diversos penhores..... 184.575.600

Emprestimo ao governo para a nova alfandega..... 67.760.600

Acções d'este banco (custo ao banco)..... 6.780.500

Títulos de divida publica (valor do balanço)..... 330.130.547

Letras garantidas..... 6.778.370

Liquidações..... 24.743.145

Creditos diversos..... 347.933.825

Emprestimo concedido á junta do Porto..... 67.855.000

Custo actual do edificio do banco, machinas,
móveis, etc..... 25.101.870

2.308.983.822

PASSIVO

Capital actual do banco..... 1.337.400.500

Diversos depositos..... 347.146.080

Notas em circulação..... 510.490.000

Dividendos a pagar..... 11.005.250

Fundo de reserva..... 70.145.000

Custo actual do edificio do banco, machinas,
móveis, etc..... 27.797.492

2.308.983.822

Banco commercial do Porto, 2 de abril de 1860.—Os di-
rectores, Baltazar José Martins, Jeronymo de Sousa Gui-
marães.

Está conforme.—Repartição do commercio e industria,
em 17 de abril de 1860.—João Palha de Faria Lacerda.

SECRETARIA DA CAMARA DOS DIGNOS
PARES DO REINO

A primeira sessão terá lugar na segunda-feira 23
do corrente, sendo a ordem do dia a discussão do
parcer n.º 8 sobre o projecto de lei n.º 9, que au-
torisa o governo a contratar com D. José Sala-
manca o caminho de ferro de Lisboa ao Porto e á
fronteira de Hespanha, e em seguida as interpella-
ções pendentes.

Secretaria da camara dos dignos pares do reino,
em 17 de abril de 1860.—Diogo Augusto de Castro
Constancio.

SANTA CASA DA MISERICORDIA DE LISBOA

A mesa da santa casa da misericórdia d'esta corte
manda annunciar que no dia 20 do corrente mez de
abril ha de ter lugar o pagamento dos dotes ás or-
phãs, cujos requerimentos já se acham despachados
na contadoria da mesma santa casa, e houverem ve-
rificado os seus casamentos até ao fim de fevereiro
do corrente anno.

A mesa da santa casa da misericórdia d'esta corte
manda annunciar que no dia 16 do proximo futuro
mez de maio ha de começar o pagamento das ordina-
rias ás visitadas pertencentes ás visitas de Nossa
Senhora e Santa Cruz.

Contadoria da misericórdia de Lisboa, 16 de abril
de 1860.—O official maior, Antonio Eudoro de Al-
meida.

HOSPITAL NACIONAL E REAL DE S. JOSÉ

A commissão encarregada interinamente da ad-
ministração do mesmo hospital manda annunciar que
no dia 20 do corrente mez, pelas onze horas, na sala
das suas sessões, ha de contratar em praça publica
o fornecimento de manteiga e de arroz para tres me-

prazo de sessenta dias, contados da publicação do
presente annuncio, findo o qual será resolvida a men-
cionada pretensão.

Segunda repartição da direcção geral da conta-
bilidade, 17 de abril de 1860.—Sebastião José Pe-
droso.

DIRECCÃO GERAL DOS PROPRIOES NACIONALES

1.ª Repartição

Relação dos forreiros que pediram remir fóros que pagam á
fazenda nacional, e que foram deferidos na semana pro-
xima finda, os quaes em cumprimento do artigo 6.º do de-
creto de 21 de outubro de 1852 devem effectuar o paga-
mento no prazo de trinta dias, contados das datas dos
respectivos despachos.

Emphyteuta Antonio Alves—fôro de 1 1/2, can-
taro de azeite, 11 almudes de vinho e 2 gallinhas
—despacho de 13 de abril de 1860.

Dito, Constantino Rodrigues de Deus—fôro de
600 réis—idem.

Dito, D. Maria de Jesus Ribeiro Moura, como
tutora de sua filha D. Emilia de Jesus Moura—
fôro de 500 réis—idem.

Dito, Manuel Luiz, auctorizado por Faustino Lo-
pes—fôro de 500 réis—despacho de 14 de abril
de 1860.

Primeira repartição da direcção geral dos pro-
prios nacionaes, 16 de abril de 1860.—Antonio Joa-
quim da Silva.

ADMINISTRAÇÃO DAS OBRAS PUBLICAS
DO DISTRICTO DE LISBOA

Quem quizer fornecer areia do Alfeite para con-
sumo das obras publicas de Lisboa, por tempo de
seis mezes, compareça na respectiva intendencia se-
gunda-feira 23 do corrente, pelo meio dia.

A intendencia das obras publicas do districto de
Lisboa pretende dar de arrematação o lageamento
de parte da areia do Terreiro do Paço, do lado
do norte, segundo as condições que se acham pa-
tentes na mesma intendencia, onde terá lugar a li-
citação na segunda-feira 23 do corrente, pelo meio
dia.

Lisboa, 17 de abril de 1860.—O contador inte-
rino, Antonio Fernandes Leal Junior.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
DE MARINHA

O conselho de administração de marinha ha de
comprar em hasta publica, no dia 18 do corrente,
pelo meio dia, na sala das suas sessões, vinte pipas
de vinho tinto, para consumo da armada.

No dia 19 a venda dos cabos julgados inúteis,
existentes nos depositos do arsenal da marinha.

No dia 20 ha de contratar a compra de 100 col-
chões e travesseiros de lã, para uso da marinha-
gem dos navios da armada.

No dia 21 ha de pôr de novo em arrematação a
compra de 786,76 de panno azul ferrete, igual á
amostra, que será presente n'aquelle acto.

No dia 25, pelo meio dia, o mesmo conselho ha
de contratar em hasta publica o fornecimento, pelo
tempo que se convencionar, da pregadura necessa-
ria para consumo no arsenal.

Sala das sessões do conselho de administração de
marinha, 14 de abril de 1860.—O secretario, An-
tonio Joaquim de Castro Gonçalves.

PARTE NÃO OFFICIAL

CORTES

CAMARA DOS SENHORES DEPUTADOS

SESSÃO DE 17 DE ABRIL

PRESIDENCIA DO EX.º SR. BARTHOLOMEU DOS MARTYRES

Ao meio dia, verifica-se, pela chamada, estarem
presentes 63 srs. deputados.

O sr. Presidente.—declara aberta a sessão.

Acta approvada.

Mandam-se lançar na acta as seguintes declara-
ções:

1.º Do sr. Alves Chaves, de que o sr. Frazão
não pôde comparecer á sessão de hoje.—Inteirada.

2.º Do sr. Teixeira de Sampaio, de que não pôde
comparecer á sessão de hoje por motivo justificado.
—Inteirada.

3.º Do sr. Coelho do Amaral, de que por justos
motivos não pôde comparecer ás sessões de 13 e 16 do
corrente.—Inteirada.

4.º Do sr. Abranches, de que por motivo justi-
ficado não pôde comparecer á sessão de hontem.—
Inteirada.

CORRESPONDENCIA

1.º Um officio do ministerio dos negocios estran-
geiros, acompanhando as copias, pedidas pelo sr.
Gomes de Castro, constantes da relação junta, acerca
do emolumento chamado de consulagem, estabelecido
pelo regulamento com força de lei de 26 de novem-
bro de 1851.—Para a secretaria.

2.º Uma representação da camara municipal, e

administrador do concelho de Murça, sobre divido
de territorio.—A commissão de estatística.

3.º De alguns cidadãos contribuintes do concelho
da Covilhã, contra as medidas de fazenda, e
pedindo que se recorra antes á diminuição da despe-

tenderam mais opportuno e mais favoravel ao exito que desejavam. Que foram vencidos, é verdade, mas que em objectos d'esta ordem, os poucos eram sempre vencidos pelo maior numero.

Que não podendo ter feito hontem esta declaração, por que não podia interromper a ordem do dia, fazia-a n'esta occasião, por que era mister que elle e os seus collegas por Beja não ficassem sob a censura que alguém podia ver nas palavras do illustre deputado, a quem se referia.

Que tinha razões para acreditar que o governo não tinha a intenção de adiar indefinidamente a discussão do caminho de ferro do sul; mas que desejando que a maioria da camara se pronunciasse a similhante respeito, mandava para a mesa o seguinte requerimento, para que pedia a urgencia.

«Requeremos que a camara seja convidada a declarar se depois do projecto n.º 21, quer entrar na discussão do projecto n.º 18.—*Infante Pessanha*—*Fortunato de Mello*—*Mariano de Sousa*—*José Maria Rojo*—*Araújo Mascarenhas*—*H. G. da Palma*—*Coelho de Carvalho*».

O sr. *Presidente*:—observa que já annunciou da mesa, pelo direito que lhe assiste, salva qualquer resolução da camara, que depois do projecto n.º 21 a ordem era entrar em discussão o projecto n.º 18 (*apoiados*), e agora novamente declara, que está no firme proposito de não alterar esta ordem do dia, não havendo resolução da camara em contrario (*apoiado*). Se estes são os desejos do illustre deputado, parece-lhe que estão satisfeitos.

O sr. *Infante Pessanha*:—tem toda a confiança nas promessas do sr. presidente, e era fundado nelas que esperava que já hoje começasse esta discussão, e como foi preterida por outro projecto, é por isso que deseja se consulte a camara sobre o seu requerimento.

O sr. *Presidente*:—quer proceder de modo que satisfaça aos desejos dos illustres deputados. Já hontem outro illustre deputado pareceu estranhar essa inversão da ordem do dia, mas parece-lhe que não tem razão, determina a ordem do dia, mas qual quer sr. deputado está no seu direito de fazer um requerimento para a camara resolver o contrario; mas n'este, como em todos os parlamentos, sempre foi attendida a reclamação que faz o governo sobre a preferencia de um projecto a outro. O governo requerer que entrasse primeiro em discussão o projecto n.º 21, que estava já na ordem do dia, deulhe a preferencia, no que não houve irregularidade alguma (*apoiados*).

Posta á votação a urgencia do requerimento não houve vencimento.

O sr. *Garcia Peres*:—chama a attenção da commissão de fazenda, para que dê o seu parecer sobre o projecto de lei do sr. Araújo, a fim de obter do governo um subsidio para a companhia que se formar, estabelecendo um vapor entre Setúbal e o Algarve.

O sr. *Justino de Freitas*:—por parte da commissão de fazenda, diz que a commissão tem estado occupada com os projectos do governo sobre impostos, e que deviam chamar a sua attenção; a commissão já distribuiu esse projecto, mas ainda não teve tempo de se occupar d'elle, o que fará com a maior brevidade possível.

O sr. *Gaspar Pereira*:—tendo alguns jornaes de hoje publicado que apresentaria uma representação sobre divisão de territorio, declara que essa representação era contra as medidas de fazenda, assignada por 286 cidadãos contribuintes de Teixoso e Tortosello.

O sr. *Julio do Carvalho*:—manda para a mesa um requerimento pedindo esclarecimentos ao governo.

O sr. *Freitas Soares*:—envia para a mesa duas representações, uma das religiosas beneditinas do mosteiro de Vairão, de villa do Conde, districto do Porto, em que fazem ponderosas reflexões contra a conversão dos bens das religiosas em inscripções; a outra é dos moradores da freguezia de Labruge, pertencente ao concelho de Bouças, e que foi desanexada do villa do Conde, pedindo serem mudados para o concelho da dita villa do Conde.

O sr. *Monteiro Castello Branco*:—chama a attenção das commissões de fazenda e obras publicas, para que deem quanto antes o seu parecer sobre o projecto de lei, apresentado pelo sr. ministro das obras publicas, para a approvação do contrato Langlois.

O sr. *Mousinho de Albuquerque*:—por parte da commissão de obras publicas, declara que o negocio a que se refere o illustre deputado lhe foi distribuido, e está prompto a relatá-lo ás commissões; mas como tem havido outros assumptos importantes a tratar, por isso não tem podido continuar a occupar-se d'elle, o que fará o mais breve possível.

O sr. *Figueiredo de Faria*:—manda para a mesa uma representação dos moradores da freguezia de S. Thiago de Amorim, concelho da Póvoa de Varzim, em que pedem que as primicias sejam consideradas como pertencendo aos parochos n'aquellas freguezias que as pagam.

O sr. *Camara Leme*:—apresenta um projecto de lei.

O sr. *Araújo*:—une o seu pedido ao do sr. Garcia Peres, e declara que sempre que se tem dirigido aos membros da commissão de fazenda sobre o negocio da navegação do Sado, tem encontrado nelles a melhor vontade, e acaba de saber do sr. secretario da commissão, que o negocio tem caminhado com a actividade possível, o que agradece á commissão.

O sr. *Santos Lessa*:—deseja confirmar com o seu testemunho a justiça que assiste aos povos de Labruge, cuja representação apresentou o sr. Freitas Soares, querendo outra vez ser annexados ao antigo concelho de villa do Conde, e pede á respectiva commissão que tome em consideração o pedido d'aquelles povos.

O sr. *Belchior Garcez*:—declara que não compareceu á sessão de hontem por motivo justificado. Pede á commissão de guerra que dê o seu parecer sobre o projecto apresentado pelo sr. Cyrillo Machado, para que os capitães e maiores graduados, empregados no ensino das escolas superiores, sejam dispensados do exame para maior.

O sr. *Camara Leme*:—a commissão de guerra tem-se occupado incessantemente d'este objecto, e conta brevemente apresentar o seu parecer.

PRIMEIRA PARTE DA ORDEM DO DIA

DISCUSSÃO DO SEGUINTE PARERE

Senhores,—A commissão de verificação de poderes examinou o processo eleitoral do circulo de Setúbal na provincia de Cabo Verde, cujo resultado é o seguinte:

Assembleias eleitoraes..... 14
Numero real dos votantes..... 2.870
Maioria absoluta..... 1.436
O sr. Antonio Maria Barreiros Arrobas obteve votos..... 2.465

Nas actas não apparece em geral nenhuma irregularidade substancial.

Na assembleia do apuramento os votos relativos ás assembleias eleitoraes da ilha do Fogo foram apurados só pelas actas originaes dos portadores d'ellas, por não terem chegado as copias a que se refere a lei eleitoral; mas depois de feito o apuramento, e antes de dissolvida a assembleia, chegaram aquellas copias, as quaes acompanharam o processo eleitoral.

A commissão é de parecer que a eleição está valida, e deve ser approvada.

E tendo o deputado eleito apresentado o seu diploma é a mesma commissão de parecer que o sr. Antonio Maria Barreiros Arrobas deve ser proclamado deputado da nação portugueza.

Sala da commissão, 13 de abril de 1860.—*José Marcellino de Sa Vargas*—*Justino Antonio de Freitas*—*Rodrigo Nogueira Soares Vieira*—*Antonio Augusto Correia de Lacerda*—*Antonio Rodrigues Sampaio*.

É approvado sem discussão.

O sr. *Presidente*:—em virtude da resolução da camara proclama deputado da nação portugueza o sr. Antonio Maria Barreiros Arrobas.

SEGUNDA PARTE DA ORDEM DO DIA

CONTINUAÇÃO DA DISCUSSÃO NA GENERALIDADE DO PROJECTO N.º 21

O sr. *Justino de Freitas*:—a commissão examinando este projecto, não podia deixar de attender a dois objectos: á necessidade do imposto e á justiça do mesmo imposto.

Da necessidade do imposto não ha ninguém na camara que possa duvidar; basta ver o deficit que apresenta o orçamento, basta ver a despeza que se votou para a construção dos caminhos de ferro de leste e do norte. Viu hontem com admiração propor um illustre deputado a suspensão da discussão d'este projecto, em quanto se não discutisse o orçamento, para ver se era possível equilibrar o orçamento a despeza por meio de economias e reduções. É esta uma panacea a que recorrem todos os partidos quando querem escalar o poder; procuram collocar o ministerio em graves embaraços, dizendo que não faz economias e reduções; mas também é certo que esses partidos têm por varias vezes occupado o poder, e em logar de diminuir a despeza, pelo contrario a têm augmentado. E não censura que isso se tenha feito, porque entende que á proporção que for progredindo a nossa civilização e formas desenvolvendo as riquezas do paiz, o serviço publico tem de augmentar. Não quer dizer com isto que se deixem de fazer economias, mas entende, como entendem principalmente aquellos que têm manuseado o orçamento, que não é possível fazer economias e reduções tão importantes que sejam suficientes para satisfazer ás necessidades do estado.

Justificada a necessidade do imposto restava á commissão de fazenda ver aquella que devia escolher, e sem duvida devia preferir o que os contribuintes podessem pagar com mais facilidade, sem prejudicar essencialmente a sua fortuna. Prestando a camara attenção ao projecto que se discute ha de reconhecer que não havia materia mais collectavel, imposto mais proporcional nem mais justo do que aquelle que a commissão adoptou.

Para se reconhecer a bondade d'este imposto, basta lembrar que o imposto da siza foi adoptado por todas as nações desde a mais remota antiguidade, e entre nós desde o principio da monarchia, e está persuadido de que se este imposto tem sido geralmente recebido, é porque é o menos gravoso e que se pôde pagar com mais facilidade. Basta reflectir que o comprador quando se resolve a comprar uma propriedade, é porque tem os meios necessários para isso, e se tem esses meios, também pôde presar ao estado uma pequena quota para satisfazer ás suas necessidades. O mesmo diz a respeito do vendedor. O vendedor recebe um capital para o pôr em giro, ou para satisfazer certa necessidade; mas em todo o caso, no momento em que recebe, está mais habilitado para pagar. Estas razões militam igualmente a respeito das trocas. Aquelle que vende a sua propriedade, troca-a por um capital equivalente; o comprador faz o mesmo; por consequencia a compra e a venda devem pagar siza; não ha razão alguma para que sejam excluidos os contratos de permutação. Isto mesmo tem logar a respeito da emphyteuse e com mais alguma razão. O senhorio util abandonado a sua propriedade mediante um fóro, um juro correspondente ao seu capital. Se o capitalista paga pelos juros do seu capital, porque razão não ha de pagar o senhorio util na mesma proporção? Da parte do emphyteuta ha a mesma razão. O emphyteuta não pôde, não deve eximir-se de pagar uma contribuição ao estado, no momento em que elle recebe uma propriedade que compra sem desembolsar capital algum, e, para assim dizer, mediante um juro modico, que vai pagando successivamente. A commissão de fazenda, pois, não podia escolher outra materia que podesse ser mais collectavel.

Mas o sr. deputado que encetou o debate, querendo combater o projecto, lançou mão do argumento de que este imposto era sobre o capital, e que geralmente similhantes impostos eram condemnados, e preferidos os impostos sobre a renda. Permitta-lhe o illustre deputado que duvide d'este principio. A verdade é que não ha imposto que não seja susceptivel de varios inconvenientes; o legislador deve escolher aquelle que o contribuinte poder solver com mais facilidade. O imposto sobre a renda está sujeito a gravissimos inconvenientes. Lançado ao proprietario rico, pôde pagar-lhe, ficando-lhe ainda um excedente muito grande, que vai accumular ao seu capital; mas o mesmo imposto lançado a um proprietario pobre, cuja renda não chega para a sua subsistencia, vai ferir a sua propria subsistencia, e elle vê-se na necessidade não só de despendar a renda, mas uma parte do capital. Alem d'isso, o imposto sobre a renda occulta-se facilmente. Muitos, que por ventura paguem uma renda grande, podem deixar de pagar a contribuição correspondente, porque não se pôde conhecer qual é essa renda; em quanto que outros, que têm os seus bens á vista de todos, não têm remédio senão serem collectados no imposto, e imposto tanto mais aggravado quanto os outros deixam de contribuir.

A contribuição por titulo oneroso achava-se estabelecida até 1834 na razão de 10, 15 e 20 por cento, e não só na compra e venda, mas também a respeito dos contratos de permutação. Sente que o sr. deputado, que impugnou o projecto, não lesse o relatório do sr. Mousinho da Silveira, porque veria que o imposto recahia não só sobre os contratos de permutação, mas sobre todos os generos, principalmente os moveis.

O aggravamento que a commissão propõe ao imposto é apenas de 1/4 por cento, quer dizer, o contribuinte que até agora comprava uma propriedade de 100.000 réis tinha que pagar de contribuição 5.750 réis; elevado o imposto como estabelece o projecto, tem que pagar 6.300 réis; a differença é de 550 réis. Poderá alguém acreditar que as transacções se paralysam com este pequeno e insignificante augmento? Poder-se-ha dizer, que um outro projecto estabeleceu mais 5 por cento sobre os impostos; n'este caso haverá apenas o augmento de 550 réis.

Ainda ha outra razão. Estes contratos de permutação e emphyteuse são outros tantos meios pelos quaes se procuram illudir os contratos de compra e venda.

Nas permutações é muito facil dar uma propriedade que vale mais por outra mais pequena, e dizer-se que são iguaes em valor para illudir o fisco, subtrahindo-se ao pagamento da siza; muitas vezes dão-se luvás, e outras o comprador conserva a propriedade na mão do vendedor, por meio de certo fóro. E por isto que todos os escriptores de direito administrativo e economia politica têm entendido, que a maior difficuldade acerca d'este imposto consiste em evitar as fraudes, e dizem que os conservadores devem ser homens habilitados para poderem evitar que estas fraudes tenham logar. Por consequencia é necessário que se tomem todas as

medidas para que o pensamento da lei não seja illudido.

Se o imposto de transmissão, por titulo oneroso, não pôde deixar de ser approvado pela camara, muito menos pôde deixar de o ser o imposto de transmissão por titulo gratuito, porque este não só é lançado no momento em que o cidadão se torna mais rico pela herança, mas porque essa riqueza lhe provem de uma eventualidade.

O illustre deputado que hontem abriu o debate disse que esta contribuição atacava a fortuna das familias, o que elle, orador, contesta. Não conhece a familia, senão os paes sustentando e educando seus filhos, até que estes chegam a maior idade; logo que isto se dá, ou que os paes fallecem, cada um vai procurar a sua vida, e formar uma nova familia.

O sr. deputado entende que a familia está nos irmãos, quando a regra geral é, que os irmãos vivem juntos, em quanto estão debaixo do patrio poder; mas logo que os paes fallecem, cada um procura estabelecer-se, e a lei não reconhece herdeiros necessários senão na linha recta, e não na collateral; por consequencia os irmãos podem dispor como entenderem, e só são herdeiros ou por testamento, ou na falta de parentes em linha recta.

Vê-se, pois, que os irmãos não são herdeiros por eventualidade. E para provar o que acaba de expor refere que, ha pouco tempo, existiam no Ameal, ao pé de Coimbra, dois irmãos que viveram sempre juntos; um d'elles, no ultimo termo da vida, veio para a cidade, e o outro falleceu no Ameal. Abriu-se o testamento, julgando todos que o irmão era o herdeiro, e não foi assim; o defuncto tinha deixado a sua fortuna aos seus creados e creadas. Isto prova que os irmãos não são herdeiros necessários, e por isso quando recebem uma herança que os colloca em melhores circumstancias do que estavam, não é muito que concorram para as despesas do estado, que lhes defende a sua propriedade.

Admira-se de que o illustre deputado, tão lido na legislação franceza, a não invocasse n'esta occasião, mas é porque o sr. deputado sabe que este imposto na França abrange alem da linha collateral também a linha recta, e contém outras muitas disposições que se não contém no projecto em discussão. E não é só na França que isto se dá, mas também na Inglaterra e na Belgica, com poucas excepções.

O projecto estabelece de mais a mais um modo facil de pagar este imposto, porque estabelece prazos de trinta e quarenta mezes, o que prova que a commissão não attendeu só ao imposto, mas também a que o pagamento se verificasse de modo que fosse mais suave e commodo a quem tivesse de o pagar.

Tem pois demonstrado que não ha razões para se isentar da contribuição de registo os bens adquiridos por titulo oneroso, e muito menos os adquiridos por titulo gratuito.

O sr. deputado argumentou contra o imposto da permutação por ser muito difficil esta liquidação, de modo que não achá difficil fazer a liquidação de uma casa inteira, que comprehende diferentes bens, e que a lei de 1844 manda avaliar, e pela avaliação pagar o imposto de registo, e achá difficil fazer esta avaliação n'um contrato singular, quando ha necessidade de fazer essa avaliação, necessidade que nem sempre se dará.

Tambem o sr. deputado se não admiraria de ver comprehender na lei os direitos e acções, se attendesse que na lei de 1844 esses direitos e acções são igualmente sujeitos ao imposto. Por ventura as dividas activas dos inventarios não podem ser importantes? E ha alguma razão pela qual devam deixar de ser collectadas? E as acções não podem estar nas mesmas circumstancias? Sendo por tanto o principio o mesmo, não podia a lei deixar de abranger não só a propriedade movel, mas também a immovel.

Outro argumento, a que o sr. deputado pretendia ligar muita força, foi á promessa de venda, não querendo ver n'isto um contrato, quando um contrato não é mais do que a combinação de duas ou mais pessoas para fazer alguma cousa. Mas ha outras razões que concorrem para que a lei não deixe de abranger este ponto. Ordinariamente estas promessas não são senão fraudes e dolos, ou praticados contra o vendedor, ou praticados para illudir o fisco. O vendedor achá-se muitas vezes em circumstancias apertadas, e vai pedir um capital emprestado a um capitalista; este empresta-lhe o com a condição de, se o devedor lhe não pagar, por exemplo, dentro de dois annos, ceder-lhe a sua propriedade; o devedor, apertado pelas circumstancias, vê-se obrigado a aceitar, e o que se segue é que, passado o prazo, não tendo o devedor meios de satisfazer o que pediu, fica sem a propriedade. Isto não é uma transfeencia real, mas é uma transfeencia ficticia. Na capital dá-se actualmente um caso similhante, de que tem conhecimento. Ha um habitador de uma casa que emprestou 6.000.000 réis ao senhorio, com a condição de que, não lhe pagando em certo tempo, elle ficaria com a promessa da venda da casa; o devedor anda hoje pedindo de porta em porta por todos os modos, prometendo um juro alto, para ver se pôde resgatar a sua propriedade; porque, valendo mais de 9 ou 10.000.000 réis, tem de ficar sem ella, se não pagar em tempo competente os 6 que o inquilino lhe emprestou.

Está visto, pois, que estes contratos só se fazem ou para illudir o vendedor, ou para illudir o fisco; e se a lei estabelece o imposto para o contratante de boa fé, não era possível deixar de o estabelecer também para os que praticam de má fé (*apoiados*). Mas supponhamos que a promessa se não effectua, lá está a lei que manda restituir a respectiva contribuição; e o argumento do sr. deputado acerca dos abusos que se praticam no thesouro para difficultar a entrega d'estas contribuições, não tem logar, porque o mesmo sr. deputado e a camara tem poder para exigir a responsabilidade do governo, se elle não der cumprimento á lei.

Alguns srs. deputados seus amigos, e pessoas com quem tem conversado sobre este objecto, têm-lhe feito ponderações sobre a redacção, e por isso lhe cumpre declarar que por parte da commissão não duvida aceitar alguma redacção, que torne o projecto mais claro; mas o que não pôde consentir que se altere é o pensamento geral do projecto, isto é, o imposto e as razões geraes em que elle se baseia (*apoiados*).

Finalmente, conhece que não ha materia mais difficil de tributar do que esta, e a razão é porque este imposto só affecta os ricos; se recaísse sobre os pobres, talvez não tivesse tanta opposição; se se tratasse de augmentar a contribuição indirecta, que recae mais sobre os pobres, talvez o projecto passasse com mais facilidade (*apoiados*).

O sr. *Carlos Bento*:—ouve com toda a attenção as observações apresentadas pelo sr. deputado que o precedera, em defeza do projecto em discussão, e lamenta que s. ex.ª para defender as disposições do mesmo projecto, queixando-se de que os que o combatem recorressem ao sentimentalismo, e trouxessem para a discussão paixões politicas, fosse o mesmo sr. deputado o que appellou para a peor das paixões, como foi a de excitar a divisão de classes, dizendo que o projecto era combatido porque affectava só os ricos, e não os pobres. Os pobres não aceitam a declaração sob palavra.

Felizmente ainda no paiz não existe essa divisão de classes, fundada no odio, como tem existido em outras nações, e oxalá que não haja quem pelas

suas imprudencias provoque essas divisões (*apoiados*).

Não está inteiramente de accordo com as reflexões apresentadas pelo sr. deputado que hontem abriu o debate, na parte relativa á transmissão por titulo gratuito, e ainda que o illustre deputado invocou economistas que combatem este imposto de transmissão, ha muitos outros que sustentam a opinião contraria. Quanto porém á transmissão por titulo oneroso, está inteiramente em opposição com as opiniões apresentadas pelo sr. deputado que o precedera, e contra o augmento que no projecto se estabelece a este respeito.

Os melhoramentos materiaes do paiz, as estradas, os caminhos de ferro, que o governo e a camara tem mostrado tantos desejos de promover, servem sem duvida para facilidade das permutações que são a vida economica do paiz.

Não se tome como observação de tão pouco valor aquella que na camara se fez a respeito da necessidade de discutir-se o orçamento, quando é essa a primeira missão de um parlamento e quando ha ainda a notar que não se votou o orçamento o anno passado. A camara entende que não pôde adoptar como regra a votação de projectos de fazenda, em que se propõe augmento de impostos, sem a discussão e votação do orçamento, e tanto mais que, como já disse, se não discutiu o orçamento o anno passado, e que o parlamento votou amplas auctorisções ao governo para effectuar importantes alterações nas repartições do estado, reformas que produziram um augmento de despeza, que ali deve ser considerado.

Pelo que toca ao augmento de imposto na transmissão de propriedade, não pôde acompanhar o illustre deputado que o precedeu, porque elle até se encarregou de lhe fornecer o argumento de que, podendo-se eliminar do projecto o acrescimo n'essa parte, não é o ponto principal do projecto, e muito mais porque o imposto de que se trata é, segundo os documentos officiaes, o que tem tido mais satisfatorio progresso.

De ordinario lá fóra é actualmente o estilo não apresentar importantes modificações em materia de impostos, senão com modificações a respeito de impostos indirectos. Entre nós, vê o illustre deputado, que não se trata de tal, e pelo contrario, que o governo longe de prometter que ha de tomar uma iniciativa a este respeito, não lhe parece que esteja muito disposto a tomar aquella iniciativa, que talvez d'elle se espere. E dirá mais, se a proposta do sr. ministro da fazenda para o augmento de perto de 400.000.000 réis no orçamento d'este anno, por causa do augmento que têm tido as subsistencias, fosse redigida de outra forma mais larga, mais ampla, poder-se-ia votar por ella; pois que na hypothese do thesouro poder correr no anno actual o risco do desfale de 400.000.000 réis no orçamento, do que duvidava muito, então que a medida fosse beneficiar a todos, o que se conseguia reduzindo os direitos na pauta das alfandegas em objectos de primeira necessidade, e objectos em que o imposto não existe a título de protecção.

Mas este imposto das sizas, disse o illustre deputado, é antigo! Ha tanta coisa antiga que não é accitada, que é modificada todos os dias. As difficuldades das communicações são mais antigas do que os caminhos de ferro, e no entretanto ninguém de certo vota por ellas!

Elle, orador, vota contra todo o aggravado das sizas, do imposto sobre a transmissão de propriedade por titulo oneroso, por mais insignificante que seja, e vota na presenca do resultado que d'elle se tem tirado até aqui, pois que não é d'esse imposto que ha mais razão de queixa, porque pela sua parte tem tido um progresso bastante satisfatorio, como demonstrou em relação aos ultimos oito annos.

Entende que é indispensavel a camara, para apreciar devidamente as medidas de fazenda de que se ha de occupar, trate quanto antes de discutir e votar o orçamento; é o seu dever, e deve adiar pelo ministerio actual no anno passado.

Entende que não é com o segredo que se garante o credito.

E tendo-se dito que este projecto prende com outro, que a questão da contribuição de registo prende com a questão do credito predial, faz algumas ponderações ao sr. ministro da justiça a respeito do seu projecto de credito predial, para mostrar que, apesar do fim muito recommendavel a que se propõe, não concorda com os meios empregados e vê que desde logo traz o augmento de 100.000.000 réis, em novo pessoal creado para aquelle ramo de serviço.

O sr. *Ministro da fazenda* (Casal Ribeiro):—não ha de ser o governo que se ha de recusar a que se discute o orçamento do estado, e que se opponha a que n'elle se façam as economias que se julgarem convenientes, mas cesse-se por uma vez de na opposição se fazer arma de certos principios sympathicos, de certas ideias agradaveis ao paladar da opinião publica, quando no poder ha impossibilidade de se realisarem.

Nenhum homem que tenha o conhecimento das nossas cousas, pôde deixar de reconhecer a necessidade de se augmentar a receita do estado, desde o momento em que todos querem entrar largamente no caminho dos melhoramentos, desde o momento em que para melhoramentos se votaram sommas importantes.

É necessário augmentar-se a receita publica, e sem isso nem temos credito, nem melhoramentos (*apoiados*); e a questão está na escolha dos meios para o consequimento d'esse resultado.

Mas não basta, quando se discute um projecto d'esta ordem, fazer a critica isolada d'este ou d'aquelle imposto, porque em materia de impostos a critica é sempre falsa (*apoiados*); é necessário fazer a critica de comparação.

Antes de se discutir o orçamento já todos sabem a necessidade de augmentar a receita do estado; por que visto que a camara já se pronunciou pelo desenvolvimento dos melhoramentos materiaes, é necessário votar os meios para elles; é necessário votar os meios para pagar as despesas legas, para conservar o credito publico.

Disse o illustre deputado que o imposto é antigo, mas que nem tudo que é antigo é bom: que os caminhos de ferro é uma invenção moderna, e no entretanto preferimos o caminho de ferro a uma ribanceira. Isto é verdade, mas é também verdade que este imposto não é tão absurdo que não se veja estabelecido em paizes que cuidam altamente dos seus melhoramentos, e em muito maior escala do que entre nós se pretendem estabelecer. O illustre deputado não ignora de certo que a França levou o imposto de transmissão não só ás vendas de propriedades moveis, mas aos valores moveis cotados na bolsa. E far-se-ia isto pelo projecto que se discute? Não. E não poderia pensar-se que isto de não fazer a camara maneira prejudicava a facilidade das transacções, esse rapido movimento, que é tão util nas transacções commerciaes?

Mas estas considerações não são isoladas quando se trata de augmentar a receita publica, e quando de todos os paizes nós estamos muito atrasados n'este caso.

Não vê paiz nenhum da Europa medianamente civilizado, em que a receita do estado seja como é entre nós tão reduzida e esmagada.

Diz-se que lá fóra acompanham as propostas tendentes a augmentar certos impostos outras para a diminuição ou cessação de impostos sobre consumo mais geral. É por que essas nações tiveram o cui-

dado de organizar as suas receitas, as suas finanzas, principalmente sobre a contribuição directa, por maneira que quando querem fazer uma d'essas largas e importantes reformas, que tanto interessam a economia publica, vão encontrar promptamente nas contribuições directas os meios de ocorrer aos desfalques que essas reformas podem trazer. Se a Inglaterra não tivesse organizado como tem o seu *income tax*, não lhe seria tão facil, como é hoje, fazer essas largas reduções nos direitos, que ninguém calcula n'aquelle paiz, que traga um augmento de renda publica, e antes ao contrario. Na França faz-se o mesmo, recorre-se a meios extraordinarios; recorre-se ao empréstimo, e a outros meios, para occorrer aos desfalques que devem provir de reformas aliás importantes e interessantes á economia publica, cujo resultado immediato para o thesouro é uma perda quasi certa.

Organismos, portanto, as nossas contribuições directas de modo que possamos occorrer ás necessidades da fazenda, e não só ás necessidades da fazenda, mas aos encargos dos melhoramentos que queremos emprender, se queremos também mais desassombadamente, sem perigo de tropeçarmos, lançarmos-nos nas reformas commerciaes, para as quaes as tendencias geraes se pronunciam manifestamente.

Citou-se o nome de Xavier Mousinho, nome glorioso, e que em 1832 uniformizou e regularizou este imposto; mas por ventura o que pelo projecto se pretende estabelecer serão essas alcavalas monstruosas e desiguais que existiam no nosso paiz pela antiga legislação, e que a reforma de 1832 veio supprimir e acabar? Ninguém o dirá.

Não se sabe que antes d'essa epocha não só a propriedade immovel mas a movel em muitos dos seus ramos era atacada pelo imposto de transmissão, e não se sabe que esse imposto subia a 15 e 20 por cento, e mais? E por ventura Xavier Mousinho acabou o imposto? Em nome dos principios da sciencia uniformizou-o, e regularizou-o; e quando em 1842 foi augmentado de novo o imposto da siza, augmentou-se talvez com alguma exageração, porque o que se propõe ainda hoje, não é o que foi votado em 1842 e o que regeu no paiz até 1851.

Em 1851 reduziram-se as sizas, mas é também necessário observar que, embora alguma redução se devesse fazer, porque esse imposto era muito exagerado, da maior redução que se fez, não se experimentaram os resultados que se tinham augurado no relatório d'aquelle decreto, porque se disse que se suppunha que a redução não traria desfale de receita, e depois de nove annos que tem passado, apesar do imposto ter-se ido elevando de réis 220.000.000 a 325.000.000 réis, ainda assim está hoje longe de atingir a cifra que produzia antes de 1851, quando as sizas tinham uma taxa superior.

Com isto, não quer dizer que defende a taxa que existia antes de 1851, nem pôde também confiar no principio de que o imposto menor rende mais: o imposto rende quando está guardado e calculado de maneira que possa ser pago sem grande gravame. O imposto de transmissão em França não ataca só a compra e venda, vai também á troca, e vai aos actos da vida civil. Não se vê que ali o imposto de transmissão está estabelecido sobre a hypotheca, sobre arrendamentos, sobre fianças inclusivamente? E não é verdade que quando o imposto de transmissão por titulo gratuito se encontra em quasi todas as nações mesmo em linha recta, o projecto que se apresenta não vai até ali? O projecto que se discute não estabelece o imposto sobre linha recta, porque o governo e a commissão de fazenda entenderam que quanto á linha recta fallavam as razões principaes, os argumentos mais ponderosos que podem tornar accetavel esta contribuição.

Quando o capital social passa de paes para filhos, conservando-se na mesma familia, não é de certo um augmento de riqueza para familia: a familia não ganhou nada; a familia perde na maior parte dos casos, quando o capital se transmite de paes para filhos; mas dar-se-ha o mesmo caso quando se transmittem heranças entre collateraes por mais proximos que sejam? Não se dá de certo.

O illustre deputado que na ultima sessão occupou a tribuna, pareceu duvidar se o projecto comprehendia ou não todos os actos de transmissão de propriedade immovel: a opinião d'elle, orador, é que sim; (*apoiados*) que estão sujeitos a dever estar sujeitos ao imposto: uma vez que se aceite o principio para a compra e venda, não ha mais razão para favorecer a troca, não ha mais razão para favorecer a emphyteuse, ou outro qualquer acto (*apoiados*).

Poderia n'este logar entrar em largas considerações sobre outros assumptos que se trouxeram para a discussão da generalidade do projecto; no entretanto, como lhe parece que esses objectos prendem mais com a especialidade do assumpto que se discute (*apoiados*) e que mais utilmente podem ser discutidos na especialidade; e como não quer por si, dar o exemplo de tomar o tempo á camara entretendo-a com considerações que podem melhor caber em outro logar, limita-se ás explicações que tem dado sobre a significação geral do projecto que se discute, e sobre a necessidade que elle significa de se augmentar a receita publica.

E observa ao illustre deputado que acabou de fallar, que não vê entre o projecto que se discute e outro que foi apresentado pelo seu collega da justiça a ligação que s. ex.ª lhe pareceu existir, por que este projecto considera a questão de baixo do ponto de vista financeiro, e o outro de baixo do ponto de vista muito diverso; assim como lhe parece também que o sr. ministro da justiça fallou em augmentar a despeza, e portanto exageradamente o illustre deputado calculou um augmento de despeza de 100.000.000 réis, quando não foi idea do governo crear tal augmento de despeza, mas custear com o rendimento natural d'essa mesma repartição as despesas d'ella (*Vozes*:—muito bem).

É introduzido na sala, presta juramento e toma assento o sr. Arrobas, deputado por Cabo Verde.

O sr. *Faustino da Gama*:—juncto diria sobre o projecto em discussão, por que isso pertence mais aos juristas eminentes que estão na camara, dos quaes uns já fallaram na materia, e outros estão inscriptos para o fazer; e procurará apenas justificar o seu voto. Vota contra o projecto por inopportuno, e por impolitico.

É inopportuno por que sendo um projecto que tende a augmentar tributos, não deve ser tratado senão depois de discutido o orçamento da receita e da despeza do estado; e quando isto se desse elle, orador, havia de votar por elle na generalidade, posto votasse contra algumas das suas disposições na especialidade, as quaes tem por impoliticas e anti-progredistas; e mesmo então havia de exigir a opinião da commissão de legislação que não foi consultada, como devia ter sido, porque elle prende com algumas das nossas leis; e não podia comprehender, como havendo n'esta casa uma commissão de legislação, esta não havia de ser ouvida em objecto da sua competencia, e se a commissão de legislação não serve para este e outros casos identicos, então para que serve?

O projecto é impolitico porque tende manifestamente a impedir o movimento da propriedade, põe-lhe estorvos grandes, já nas emphyteuses, já nas subrogações, e por consequencia affecta o credito publico, de que agora mais que nunca carecemos.

Elle, orador, já propoz e votou esta, e outras leis de tributos, e bem sabe que isso lhe será lançado

em rosto, mas antecipa a sua resposta, dizendo que é verdade, mas que o fez depois de uma reforma de abusos e reduções de taxas, que nem os pequenos vencimentos de 300.000 réis escaparam, o que elle, orador, achou excessivo; e em idénticas circumstancias, fari o mesmo. Feitas as possíveis reformas e extirpação de abusos, para lhe não dar outro nome, embora essas economias importassem um por milhar do que se havia de pedir depois ao paiz, elle não duvidaria dizer-lhe—agora pague a homenagem devida aos representantes do povo, áquelles a quem de obrigação toca apertar, ou alargar os cordões da bolsa publica; é necessário pagar—. E estava certo de que o paiz se não negaria a isso. Mas em quanto assim se não fizer, não vota, e cre que o paiz não pagará novas, ou augmentadas as velhas contribuições (apoiados).

Não se discute o orçamento; não se reduz alguma despesa como se pôde reduzir; põe-se obstáculo aos aforamentos, impondo um tributo áquelles que com vistas de lucrar vão encher pantanos, cultivar terras incultas das muitas que ainda temos, e que muitas vezes, em lugar de interesse, depois de muito trabalho, dão prejuizos: ataca-se do mesmo modo o progresso das subrogações com um novo imposto em opposição aos luminosos princípios da legislação existente, que tende a promover-las, no que interessa o credito publico. E isto junto a outras mais ruins disposições que se acham no projecto, importa lançar uma luvra ao paiz, querendo que elle pague tanto quanto os srs. ministros quizerem, sem dar contas da sua gerencia em termos e como mandam as praticas constitucionaes. O paiz levanta a luvra, e já vê o horizonte bem nublado (apoiados).

E ao sr. presidente do conselho, o nobre duque da Terceira, nome glorioso para os libereiros portuguezes (muitos apoiados), e que elle, orador, respeita como merecido, diria que s. ex.ª, tão feliz pela espada, quando combatia pela justa causa da liberdade, não o tem igualmente sido quando tem presidido administrações, que desprecando as prerogativas populares, só cuidavam de fazer valer os seus caprichos (apoiados). Em 1836 e em outra epocha mais recente o leão popular rugiu: a s. ex.ª pois pedira por si e por nós, que não se repetissem essas scenas que muito desejava se evitassem, não aggravação dos povos, mas attendendo-se ás forças productivas do paiz.

Aproveita a occasião para responder a um sr. deputado, seu amigo, que hontem disse do alto da tribuna que os deputados que não querem votar os novos tributos, atiração ao seu mandato; que muito o magoara aquella argumentação, a qual rejeita, e pergunta o que faz aquelle deputado que, como já disse, tendo que zelar a bolsa publica, deixa gastar d'ella quanto e como se quer sem lhe importar, nem prevenir que se malbarateie o suor do povo. A camara que avale, assim como o publico, quem é o traidor ao seu mandato.

Ao seu amigo e antigo collega relator da commissão que disse, que as economias são uma panacea, redarguindo, dizendo, que qualquer que seja a somma que se possa economisar, sem prejuizo do bom serviço, é obrigação rigorosa do representante do povo aproveitar-lhe (muitos apoiados). Disse mais o sr. relator da commissão, que em 1838 não tinham passado n'esta casa algumas disposições do projecto da lei da transmissão, que tocavam com os collateraes, porque havia tios e muitos irmãos na camara a quem isso não convinha. Naquelle camara havia muitos irmãos era verdade, e n'esta como n'aquelle não haverá muitos irmãos? Ha de certo. Então como agora todos somos irmãos; a verdade é que n'aquelle congresso houve uma importante discussão e provou-se até á saciedade que uma lei sobre transmissão de propriedade, justa até certo ponto, pôde ser um flagello, se for muito rigorosa, e absorver a propriedade em muitos casos. É isto que então se provou, e que agora se prova igualmente (apoiados).

«Nós pretendemos fugir á falsa popularidade» disse o sr. ministro da fazenda. Será, porém, falsa, pergunta elle, orador, essa popularidade, diante da qual foge a bom fugir o sr. ministro e os seus collegas? Parece-lhe bem o contrario: são as falsas noções do justo e do honesto que s. ex.ª tem desenhado, que fazem que já os tenha abandonado, não a falsa, mas a verdadeira popularidade. Mais disse s. ex.ª: «É necessário augmentar a receita publica, senão, não temos credito.» É necessário respeitar e zelar muito a receita publica, diria elle, orador, para obter o credito que s. ex.ª tem feito perder a este paiz, e que vaca cada vez a peor. «Em Inglaterra (ainda acrescentou s. ex.ª) não se calculou que o augmento do consumo havia de indemnizar o que se diminuía nos respectivos impostos.» Ha muitos annos que estudou tanto quanto lhe permittiam as suas faculdades e afazeres, e ainda hoje o faz, a legislação tributaria ingleza, e sempre achou como doutrina corrente, que a diminuição do imposto em objectos de consumo regular augmenta o mesmo consumo, e por consequencia indemniza em grande parte essa diminuição que se faz no imposto.

Conclue declarando que vota contra o projecto por inoportuno e por impolitico, como disse. Outro é o modo do pôr a direito as nossas cousas, respeitando os principios estatuidos pela lei fundamental do estado.

Lê-se na mesa a ultima redacção do projecto de lei n.º 17, sobre a redução do direito de importação da aguardente estrangeira, e é approvada sem discussão.

O sr. Palma:—requer que se consulte a camara sobre se o projecto de lei n.º 21 está sufficientemente discutido na sua generalidade.

O sr. Gaspar Pereira (sobre a ordem):—manda para a mesa um parecer da commissão de commercio e artes acerca de um requerimento de negociantes estrangeiros, que pedem a livre admissão da cevada. Este objecto é urgente, e a mesa dará ao parecer a direcção que julgar mais acertada. A commissão de commercio e artes e a illustre commissão de agricultura, que foi ouvida, são de voto que se inclina este requerimento; mas seja qual for a resolução da camara, é necessário que se dê um seguimento prompto a este negocio, para que, a não se admitir a livre entrada d'este genero, se exporte quanto antes a cevada que está em deposito, e os interessados não sofram maior prejuizo.

Resolve-se por 74 votos contra 32 que a generalidade do projecto n.º 21 está sufficientemente discutida.

Passando-se a votar o mesmo projecto na sua generalidade.

O sr. Araújo:—requer que a votação seja nominal.

Vence-se affirmativamente, e feita a chamada. Dize approvado os srs.: Cancellia, Moraes Carvalho, Balduino, Brancmann, Lacerda (Antonio), Antonio de Carvalho, Gonçalves de Freitas, Gouveia Osorio, Avila, Arobas, Couto Monteiro, Fontes Pereira de Mello, Pinheiro Osorio, Robalo de Azevedo, Rodrigues Sampaio, Santos Lessa, Telles de Vasconcellos, Pinto Carneiro, Vaz da Fonseca, Aristides, Palmeirim, Barão das Lages, Garcez, Abranches, Carlos Bento, Castro Ferrer, Ramiro Coutinho, Claudio José Nunes, Conde da Torre, Ramiro da Costa, Mousinho de Albuquerque, Philippe Folque, Pereira Brandão, Barros, Diogo de Sá, Costa Lobo, Bido da Correia, Paula Pinto Tavares, Gaspar Teixeira, Pereira de Carvalho e Abreu, Blanc (Heremengildo), Palma, Silva Andrade, Gomes de Cas-

tro, Martins Ferrão, Fonseca Coutinho, João José de Azevedo, Mello Soares, Rebello Cabral, Reis Castro Portugal, Calça e Pina, Noronha e Menezes, Mamede, Neutel, Pinto de Magalhães, Lobo d'Avila, Dias Ferreira, Encarnação Coelho, Guilherme Pacheco, Figueiredo de Faria, Chrispiano da Fonseca, D. José d'Alarcão, Sá Vargas, J. M. do Abreu, Casal Ribeiro, Costa e Silva, José Horta, Nogueira, Julio do Carvalho, Justino de Freitas, Abaim, Luiz Albano, Camara Leme, Mendes de Vasconcellos, Pinto Tavares, Affonseca, Penetra, Azevedo Pinto, Sousa Feio, Pinto Martins, Monteiro Castello Branco, Jacome Correia, D. Rodrigo de Menezes, Moraes Soares, Nogueira Soares, Pinto da França, Thiago Horta, Thomaz de Carvalho, Visconde de Pindella, Ferraz de Miranda, Mello Gouveia, Bartholomeu dos Martyres.

Dizem rejeito os srs. Alves Martins, Eleuterio Dias, Barros e Sá, Pequeto, Pinto de Albuquerque, Rebello de Carvalho, Faustino da Gama, Coelho do Amaral, Gaspar Pereira, Araújo, Coelho de Carvalho, Faria Guimarães, Silva Cabral, Rojão, Rocha Peixoto, Placido de Abreu, Menezes Pitta, Simão M. de Almeida, Blanc (Viriato), e visconde de Portocarrero.

Fica portanto approvado o projecto na generalidade por 91 votos contra 20.

A requerimento do sr. Justino de Freitas é dispensado o regimento para se passar desde já á discussão da especialidade do projecto.

O sr. Mousinho de Albuquerque (sobre a ordem):—manda para a mesa um parecer da commissão de obras publicas.

Entra em discussão o artigo 1.º

O sr. Moraes Carvalho (sobre a ordem):—manda para a mesa uma emenda, a fim de que se conserve a este imposto a sua antiga denominação de imposto de transmissão, e de que não se lhe dê a que vem no artigo, que é a de imposto de registo; não só porque esta denominação não está em harmonia com o fim a que o projecto se dirige, mas está em contradicção com a disposição do n.º 4.º do artigo 12.º do mesmo projecto, onde se diz:—quando este registo venha a ser estabelecido por lei;—isto quer dizer que o registo ainda se ha de estabelecer por uma outra lei, e então para tirar todas as duvidas, e a lei sair mais bem redigida, apresenta a seguinte emenda:

Emenda ao 1.º artigo.—«A contribuição sobre transmissão de propriedade fica desde o 1.º de janeiro de 1861 comprehendendo o imposto das sizas, e tudo debaixo da denominação—Imposto de transmissão.—Moraes Carvalho.»

É admittida, e fica tambem em discussão.

O sr. Faria Guimarães:—deve declarar, que quando apresentou uma proposta para que este projecto fosse discutido depois da discussão do orçamento, não foi a isso levado por espirito de partido, como quiz attribuir-lhe o illustre relator da commissão, que até, não se occupando d'ella, pareceu desprezar essa mesma proposta. Declara mais, que dentro do parlamento não se deixa nem deixará nunca levar por conveniências de partido, e deseja que todos os srs. deputados sigam esta mesma marcha. Apresentou o adiamento na melhor boa fé, e declarou logo, que não era por querer recusar ao governo os meios necessários para satisfazer ás despesas correntes, como ás que provierem da approvação do contrato já approvado para os caminhos de ferro de leste e do norte; assim como votará mais para as estradas de toda a ordem, porque as acha necessarias. É preciso que a camara saiba que quer caminhos de ferro, estradas de primeira e segunda ordem, caminhos vicinaes, em fim, quer todos os melhoramentos que os mais srs. deputados querem; mas a questão está no modo.

Em quanto ao artigo em discussão não se julga habilitado para entrar n'esta questão. E quanto á denominação do imposto, não vale a pena questionar isto; a questão não é do nome, a questão é do dinheiro; a mudança do nome não influe nada na essencia da questão, e por isso tanto faz que o imposto se denomine imposto de registo, como imposto de transmissão.

Declara igualmente, que votou contra a generalidade do projecto, não porque com isto o quizesse rejeitar inteiramente, mas por ter vindo á discussão em occasião incompetente, pois que, como já disse, entendia que só devia tratar-se d'elle depois da discussão do orçamento.

Termina approvando o artigo 1.º, pois que não tinha outro remedio depois que o projecto fôra approvado na generalidade.

O sr. Justino de Freitas:—estima que lhe coubesse agora a palavra para dar uma satisfação ao precedente orador, dizendo-lhe, que as considerações que ha pouco fizera á camara, em relação á proposta de adiamento apresentada pelo precedente orador, não foram no sentido de desprezar esta proposta. S. ex.ª interprete mal as suas palavras; mas que então disse só teve em vista mostrar, que, quaesquer que fossem as reformas e economias que se fizessem no orçamento, essas reformas e economias nunca podiam attingar á cifra que era necessaria para cobrir o deficit de 1.200.000\$000 réis actualmente existente, e mais a despesa de 9.000.000\$000 réis, que ultimamente fôra votada pela camara em relação aos caminhos de ferro de leste e norte; e que, portanto, não havia razão plausivel para adiar a discussão do projecto de que se tratava para depois de discutido o orçamento, como o illustre deputado propunha. Bem longe, pois, de desprezar a proposta, a considerou fallando n'ella.

Em relação á proposta do sr. Moraes Carvalho, parece-lhe que é uma questão que não vale a pena. Esta lei em parte dá uma nova forma a este imposto, considerando a propriedade immovel, de qualquer especie e natureza, por titulo gratuito ou oneroso, sujeita a um direito que se denominará contribuição de registo, denominação esta que se encontra tambem na legislação franceza; e em parte tambem abrange disposições que tem relação com o registo da propriedade, objecto este que mais desenvolvimento é tratado e attendido n'um projecto que a este respeito se acha em discussão na competente commissão. Parece-lhe pois que a camara não se deve entreter com a questão da denominação do imposto: a que está no artigo é proprio e a camara deve acceita-la. Entretanto como o fim do projecto é augmentar a quota do imposto de transmissão, não fará grande questão da proposta, que a final não passa de ser uma causa de redacção.

Parece-lhe que talvez fosse melhor para a discussão do projecto que as emendas, additamentos, ou substituições que se apresentarem, sejam remetidas á commissão, para as considerar como merecerem, sem prejuizo do debate, pois que a commissão poderá ir dando successivamente o seu parecer acerca d'essas propostas.

O sr. Carlos Bento:—aceita a emenda do sr. Moraes Carvalho. Não lhe parece que esta emenda seja uma simples emenda de redacção. Tem tanto mais fundamento para insistir n'esta idéa, quanto que lhe parece que o illustre relator da commissão, no que acaba de dizer, e o nobre ministro da fazenda, no que disse anteriormente, não estão muito de accordo nas explicações que deram a respeito d'este projecto. O illustre relator acaba de dizer, que este projecto é mais alguma coisa que o augmento da quota do imposto de transmissão, é tambem o regulamento necessario para o estabelecimento do registo da propriedade, e o nobre ministro da fazenda disse ha pouco, que o projecto não tratava d'is-

so, que o projecto não tinha nada com o registo da propriedade; que esse projecto lá estava na respectiva commissão, para ser por ella discutido e apreciado, e apresentar o seu parecer á camara quando estivesse prompto.

Principia-se já por se apresentar divergencia sobre o verdadeiro modo de entender o alcance do projecto e da denominação do imposto, quando se quer tirar a que tem o artigo em discussão. O governo no seu projecto apresentava as condições necessarias para estabelecer esse registo, podia autorisação para isso, auctorisação contra a qual vota. E parece-lhe que o governo originariamente até propunha que se lhe concedessem attribuições muito mais amplas do que as que a commissão lhe concedeu, e louva a commissão por isso. O governo até propunha auctorisação para estabelecer penas pelas faltas ou violações commettidas contra as disposições do regulamento, que havia de estabelecer a respeito d'esta lei. Isto realmente era pedir muito ao parlamento, e folga de que a commissão não concedesse tanto.

Acceita o pensamento do projecto, se acaso se entende que este projecto trata unicamente, n'um caso dado, de ampliar mais um certo imposto, contra os quaes não vota, não tem duvida em o admitir, mas se acaso se entende que votar este projecto é votar uma causa chamada registo de propriedade, identica áquella que ha em França, lamenta que se vá estabelecer o registo de propriedade debaixo de tão maus auspícios (apoiados).

Todos sabem a grande conveniencia que ha em que as leis que se decretarem sejam sempre acompanhadas da vontade do paiz, e o perigo que ha em que lhes falte o voto dos povos. Estabelecer o registo de propriedade em condições taes, e quando os povos tem olhado sempre com repugnancia para o estabelecimento de taes estatisticas com o recio de que os governos, em qualquer tempo, possam abusar para lhes exigir maior quota de imposto, não lhe parece conveniente. Não é este o meio para querer conseguir o registo da propriedade; por consequencia reputa muito importante a alteração da palavra registo que se acha no artigo 1.º, e por isso vota pela emenda proposta.

O sr. Presidente:—dá para ordem do dia de amanhã a continuação da de hoje, e levanta a sessão.—Eram quatro horas da tarde.

Projecto de lei, concedendo aos officiaes dos batalhões organizados durante o cerco do Porto em 1832 e 1833 o mesmo beneficio que foi concedido aos officiaes estrangeiros que serviram no exercito libertador, apresentado pelo sr. deputado Faria Guimarães na sessão de 13 do corrente.

Senhores.—Os relevantes serviços prestados á causa da liberdade pelos benemeritos officiaes dos batalhões organizados em 1832 e 1833, durante o memoravel cerco do Porto, estão na memoria de todos.

Escuso recordar que aos heroicos esforços dos habitantes d'aquella cidade se deveu, na maxima parte, o triumpho das instituições que felizmente nos regem, e que elles conquistaram em cem combates á custa dos maiores sacrificios.

É pois de toda a justiça que aos officiaes d'essa epocha se applique o mesmo beneficio que (não com melhores serviços) se concedeu aos officiaes estrangeiros que serviram desde 1832, e tanto mais quanto é certo que aquelles nunca receberam soldo nem gratificação alguma até 1835.

Muitos não só expozeram as suas vidas no campo da batalha, mas arruinaram as suas fortunas para corresponder á esperança que o immortal Dom Pedro IV havia posto nos esforços dos habitantes d'aquella invicta cidade, para o bom exito da causa em que todos estavam empenhados.

Poucos são hoje d'esses officiaes a quem poderá aproveitar uma tenue recompensa. É a favor d'elles, pela maior parte pobres e velhos, que eu tenho a honra de submeter á vossa consideração o seguinte

PROJECTO DE LEI

Artigo 1.º Aos officiaes dos batalhões organizados durante o cerco do Porto em 1832 e 1833, e que como taes eram considerados em 30 de agosto d'aquello ultimo anno, é applicado o beneficio que por decreto de 11 de agosto de 1856, se concedeu aos officiaes estrangeiros que serviram no exercito libertador desde 1832.

Art. 2.º Os officiaes dos ditos batalhões gozarão da data da presente lei em diante, das vantagens da reforma no posto immediato áquelle que tinham em 1840, quando foram dissolvidos, percebendo o respectivo vencimento da tarifa de 1814.

§ unico. A disposição d'este artigo não comprehende aquelles dos mesmos officiaes que exerçam ou venham a exercer cargo algum publico, de que percebam ordenado, gratificação ou emolumentos, em quanto servirem esses cargos.

Art. 3.º Fica revogada a legislação em contrario. Sala das cortes, em 9 de abril de 1860.—O deputado pelo Porto, Joaquim Ribeiro de Faria Guimarães.

NOTÍCIAS DO REINO

ULTRAMAR

Angola.—Não podem deixar de ser lidos com interesse os annaes municipaes dos nossos concelhos das provincias de alem-mar mandados confeccionar por ordem do ministerio da marinha e do ultramar, expedida em portaria de 8 de janeiro de 1856. Apresenta esse trabalho não só o estado presente do concelho, como da breve noticia da sua fundação, situação, produções, etc., e do que n'elle houve de mais importante com referencia ao anno a que diz respeito.

O que hoje publicamos refere-se ao anno de 1858, e pertence ao municipio do Icollo e Bengo na provincia de Angola.

«Todos os povos, com o andar dos tempos, vão tendo aspirações para o seu melhoramento social. Desta regra não podia exceptuar-se o povo da vasta provincia de Angola. Todos sabem como estas aspirações começaram a ser satisfeitas, no que toca ao desenvolvimento do regimen municipal, e ao aperfeiçoamento do systema de administração. Em 1857 foram creadas varias circumscriptões municipaes, entre as quaes a do Zenza do Golungo, composta do concelho principal da mesma denominação, e dos dois reunidos do Alto-Dande e do Icollo e Bengo. Bem depressa veio a reconhecer-se, que este ultimo concelho tinha elementos para uma representação municipal propria, e por isso, em 6 de dezembro do mesmo anno, s. ex.ª o governador geral o desannexou da circumscriptão do Zenza, dando-lhe uma commissão municipal.

Sem querer encarecer os serviços dos seus antecessores, esta commissão não pôde deixar de dar aqui um publico testemunho de devida gratidão a s. ex.ª o sr. conselheiro José Rodrigues Coelho do Amaral, pelo muito que lhe deve á provincia, especialmente na reforma de que se trata. Não se limitou ella ao desenvolvimento da organização municipal; comprehendeu tambem a separação das funcções judicias das administrativas, em toda a parte em que isto foi loo possivel. O mesmo beneficio se tem estendido depois a diversas localidades, entre as quaes se conta este concelho. D'isto, porém, faremos mais larga menção na memoria do corrente anno de 1859; pois que o facto já n'elle é que teve lugar. Para quem sabe qual era a extensão de poderes de um chefe, reunindo em si todas as attri-

buições da governança publica, é que é o avaliar o ardente desejo dos povos de se verem livres de um tal systema.

SITUAÇÃO DO CONCELHO E SUAS PRODUÇÕES
O concelho do Icollo e Bengo dista de Loanda umas duas leguas, pouco mais ou menos, a ENE. É atravessado pelo rio Zenza, que passa aqui com esta denominação, e vae desembocar no mar com a de rio Bengo, sendo navegavel, para pequenas embarcações, desde o concelho superior do Zenza do Golungo. A sua barra é assás mansa, permitindo que por ella se faça um activo commercio com a capital da provincia, em mantimentos e outros generos.

O rio é causa da grande fertilidade do solo, como é tambem causa do frequente mallogro das mais esperanças colheitas, em razão dos seus alagots. Para o conter, nas cheias, ha os chamados longues, que, pela sua deficiente espessura, e por outros motivos, muitas vezes não preenchem o fim. É este um objecto que bem reclama a attenção do governo superior da provincia, e a commissão municipal a solicitar, certa de obter todo o remedio possivel.

As margens do Zenza são muy pitorescas, cobertas de frondoso arvoredor fructifero, como mangueiras, larangeiras, palmeiras, etc. Alem de outras menores, ha quatro grandes lagoas, Lalama, Quilunda, Lamanjunga e Banda. D'ellas tira o povo grande vantagem, pela pesca do peixe, em que abundam, e plantando os respectivos terrenos, á medida que as aguas vão minguando.

A força da produção agricola é em mandioca, feijão e milho; mas o solo parece ser proprio para todas as mais culturas, de café, tabaco, algodão, arroz, etc. Café ha-o no arimo de Francisco Martins Gomes Teixeira, tendo sido plantado pelo antigo possuidor, Apolinario Francisco de Carvalho. O tabaco e o algodão vem por toda a parte espontaneamente: os povos do soba Bango, d'esta jurisdicção, que são os mais laboriosos, cultivam estes dois artigos, fazendo os tecidos, chamados ctangas, do algodão, para se vestirem e tambem para commercio, levando-as, bem como o tabaco, ao mercado de Loanda. O lavrador Aleixo da Palma tem semeado e colhido arroz. A canna de assucar dá-se perfectamente, e até d'ella se tem fabricado aguardente e assucar no engenho da sr.ª D. Anna Joaquina dos Santos Silva, no sitio Capella; devendo attribuir-se á insufficiencia da plantação de canna o estado estacionario d'aquelle estabelecimento.

Alem das produções mencionadas, abunda o concelho em batata commun e doce, cará, inhame, ginguba, etc.

Ha boas madeiras para construcções, como silveira e tucella, e outras proprias para embarcações, canoas e barcos chatos, que se fazem no concelho, havendo alguns d'estes ultimos que levam 8 e 10 pipas.

No sobado de N'Dondo-Anzella ha uma fonte de boa agua, d'onde se fornecem os povos d'ali, ainda no tempo das maiores secas. Na mesma localidade se faz uma feira muito concorrida.

CAMINHOS

A estrada principal, de Loanda para o interior, é sujeita ás inundações do rio em varios pontos, como são N'quelle, Ponda e Cuanda. Ali entram as aguas e se conservam por largo tempo, causando os mais graves transtornos aos viandantes. Consistiria o remedio em tapar a valla de Cubaia, d'onde o rio, nas enchentes, despeja para a baixa de Ponda; e em reforçar os longues nos outros lugares. Para estes trabalhos tem o governo dado ordens; mas a difficuldade está na repugnancia dos pretos em se sujeitarem a elles como a qualquer outro, pagos ou não, pela sua natural e inveterada indolencia. Justo é tambem dizer, que o interesse particular anda algum tanto nos obstaculos suscitados á tapagem da valla Cubaia, pois ha ali uma arruinada ponte, e uma arrematada de passagem do rio, que se pretendem a todo o custo sustentar. A commissão, porém, não desespere de vencer estes estorvos, fiada na illustrada e enérgica decisão de s. ex.ª o governador geral.

CLIMA E SALUBRIDADE

O clima do Icollo é quente, como em toda a zona do litoral. As doenças provêm principalmente dos pantanos que existem nos logares baixos, resultantes dos alagots do rio. Para minorar este mal não ha, como já dissemos, senão oppor diques á invasão das aguas, pelo entupimento das vallas, e a boa construcção dos longues.

Não obstante condições tão desfavoraveis, apresentam-se exemplos de grande longevidade. Ha pouco que falleceu a mãe do soba Bango, acima mencionado, com 120 annos. O filho tem perto de 90 annos.

ESTADO MILITAR

Ha no concelho uma companhia movel com cento e tantas praças, e em cada divisão ha uma companhia de guerra preta com 50 praças, todas com os correspondentes officiaes. Esta força está sob as ordens do chefe do concelho, e, graças a ella, goza-se de socego e segurança.

RELIGIÃO

Muito sente o concelho a falta absoluta de sacerdotes. Os sacramentos só têm sido administrados, de longe a longe, por algum padre que vem aqui em missão.

Existe, posto que em bastante ruína, a igreja que foi dos frades capuchinhos. Bem valeria a pena de a reparar, pois que é feita de pedra e cal. Para este lastimoso estado de cousas, em objecto tão importante, pedimos a séria attenção do governo da provincia, e do de Sua Magestade.

FACTOS

No dia 4 de setembro de 1858 recebeu-se a communicação do fausto consorcio de Sua Magestade El-Rei o Senhor Dom Pedro V, com Sua Magestade a Rainha a Senhora Dona Estephania. Celebrou-se este notavel acontecimento nos dias 16, 17 e 18 do mesmo mez, com toda a pompa possivel, e de certo com o maior regozijo dos moradores, pelo verdadeiro e devido amor que consagram ao joven e esperancoso Soberano. Houve cortejo aos retratos de Suas Magestades, na residencia do chefe do concelho, concorrendo a commissão municipal, os officiaes militares e todas as mais pessoas principaes. Estava ali uma guarda de honra, que deu tres descargas no fim do referido acto de respeito. Outras demonstrações de prazer se deram, em todos os tres dias, como illuminações, fogo do ar, etc. Regre actualmente o concelho, por portaria do governo geral de 20 de abril de 1857, o sr. tenente quartel-mestre, desligado, Joaquim Dias dos Santos. Tem sabido merecer este funcionario as sympathias dos seus administrados, pelo seu zelo, o acerto das suas medidas, e sobre tudo pela sua honestidade.

Concelho do Icollo e Bengo, 31 de março de 1859. —Francisco Pestana, vice-presidente da commissão municipal.—Francisco dos Santos Vieira de Olim, vogal.—(Membros da commissão de redacção.)

NOTÍCIAS ESTRANGEIRAS

Recebemos folhas de Madrid até 14 do corrente, e de Paris até 12.

Os jornaes hespanhoes publicam os seguintes DESPACHOS TELEGRAPHICOS

—Despachos dados pela Correspondencia de Espanha:

Marselha, 13.—O vapor Meandro, procedente de Messina, tocou n'este porto. Confirmam-se os boatos

que tinham circulado relativamente á insurreicção que rebentou em Messina no dia 8 do corrente. Um agente francez e tres marinheiros, que o acompanhavam, soffreram uma descarga na occasião em que se retiravam para o consulado. Um dos marinheiros ficou ferido, porém os outros poderam ainda alcançar o vapor a nado. Na noite de 8 para 9, não cessou de se ouvir a bulha dos tiros.

Londres, 12.—A agencia telegraphica recebeu uma participacção da noticia de que em Palermo e na Sicilia reina a maior tranquillidade. Os proprietarios continuam offerecendo o seu apoio ao governo, e as tropas estão animadas do melhor espirito.

Marselha, 12.—As correspondencias de Napoles dão alguns promotores relativos á insurreicção de Palermo. Os revoltosos atacaram as tropas ás oito horas da manhã, matando sete soldados; porém sendo repellidos procuraram defender-se dentro de um convento. O 6.º regimento de linha atacou os revoltosos, porém soffreu perdas sensiveis: em seguida a artilheria abriu brecha, e o convento foi tomado por assalto. Os revoltosos e as suas armas cahiram em poder dos soldados. Algumas guerrilhas que appareceram nas proximidades de Palermo, durante o combate, foram batidas e perseguidas.

O general Salzano declarou Palermo em estado de sitio. A população conservou-se em socego durante o combate. Na noite do dia 6, mais de 80.000 pessoas se achavam agglomeradas na rua de Toledo, em Napoles. Deram-se vivas á constituição; porém apenas chegaram algumas patrulhas fazendo refrear o povo, este obedeceu sem fazer resistencia alguma.

Paris, 12.—Apesar das exaggeradas noticias chegadas de Turim, parece confirmar-se que está de todo restabelecida a tranquillidade em Palermo. O combate foi sanguinolento, e quasi todos os revoltosos morreram nas barricadas. Alguns padres do convento foram presos. O exercito da Sicilia vae soffrir um augmento de 30.000 homens.

O Moniteur continua inserindo felicitações de Niza, Saboya, Chablais e Faucigny.

Vienna, 12.—O conde de Szechemy, ultimamente perseguido pela policia austriaca, suicidou-se no hospicio de Doebling.

Hamburgo, 12.—O rei de Suecia presidiu a um conselho de ministros noruegueses, e negou-se a sancionar a decisão do storting, relativa á supressão do logar de tenente do rei para a Noruega.

Londres, 13.—O banco de Inglaterra elevou os descontos a 5 por cento.

Berlin, 12.—O jornal Kreuzzeitung suppõe que se pretende formar uma alliança entre a Inglaterra, Austria e Prussia. Esta alliança terá por fim principal a defesa do principio de neutralidade.

HESPAÑIA

Teve effectivamente logar, no dia 13 do corrente, ás 9 horas e meia da manhã, em Palencia, a execução do chefe carlista Carrion. Assistiram a esse acto milhares de pessoas, sem que todavia, diz a Correspondencia de Espana, se notasse a mais leve demonstração.

Montemolin e os seus partidarios, segundo se deprehende de algumas correspondencias de Paris, tiveram uma grande reunião em Genova no dia 25 de março ultimo, onde receberam os ultimos avisos de Hespanha, e logo depois embarcaram para as ilhas Baleares, a fim de desembarcarem em Valencia. Parece que Cabrera e D. Juan chegaram já tarde, e por isso regressaram a Londres. O tempo que os primeiros soffreram no mar foi immenso, e Montemolin foi obrigado a refugiar-se em Cete, onde se demorou tres dias.

Em Burgos têm sido presas diferentes pessoas por suspicias de complicitade na rebelião carlista.

A guarda civil de Onda prendeu tambem o commandante D. Hypolito Ferraz, que, segundo parece, tomou parte no movimento revolucionario. (El Occidente.)

ROMA

N'uma correspondencia de Roma, datada de 3 do corrente, lê-se o seguinte:

«O general Lamoricière acha-se em Roma, desde domingo ultimo. Hontem ás 8 horas da noite teve uma conferencia com o summo pontifice, e o resultado d'ella foi o elle acceitar o commando em chefe das forças militares pontificias. Em Ancona M. de Lamoricière viu já uma parte dos soldados de sua santidade, que muito lhe agradaram. Ninguém é autoridade mais competente para formar um juizo sobre este assumpto, ninguém melhor do que o general pôde fazer valer o merecimento d'este exercito.

«Se o general Lamoricière for mal succedido na tentativa que emprehe, o seu credito nada perde na opinião da Europa, mas o exercito é que fica desconsolidado. É fóra de duvida que o cardinal Antonelli foi estranho a todas as negociações anteriores á chegada de M. de Lamoricière. Como muitos outros, este negocio pertence exclusivamente á iniciativa do papa. O cardinal procedia com a melhor boa fé quando affiançava ha apenas 15 dias aos agentes politicos da França, que o general que se ia escolher não seria austriaco nem francez. Depois da recusa do general Meyer-Hoefel, começaram as negociações com um official belga.

«De alguns documentos officiaes, extratamos os seguintes apontamentos relativos ás forças de que se compõe o exercito pontificio:

1.º DE MARÇO DE 1860	Homens
Estado maior general.....	18
Estado maior de praça.....	50
Intendencia militar.....	13
Officiaes de administração.....	30
Regimento de artilheria.....	990
Batalhão sedentario.....	1.000
Corpo de engenharia.....	40

INFANTERIA INDIGENA	
1.º Batalhão de caçadores	850
2.º Batalhão de caçadores	730
1.º Regimento	1:750
2.º Regimento	1:110

DOCUMENTOS DIPLOMATICOS

Nota dirigida pelo ministro dos negocios estrangeiros da Prussia ao enviado d'esta potencia em Berna.

BERLIM 30 DE MARÇO

Tive a honra de receber a nota datada de 19 de março, circular que sua excellencia o sr. presidente de confederação helvetica, recorrendo para isso á vossa intervenção, quiz ter a bondade de vos enviar, assim como ás outras potencias representadas no congresso de Vienna, a fim de reclamar a sua

intervenção a favor dos direitos que a Suissa póde fazer valer, na parte relativa á neutralisação de certos districtos da Saboya, direitos que o governo federal julga ameaçados pela cessão da Saboya á França.

Não tenho necessidade de dizer-vos, senhor, que o passo dado pelo governo federal e a situação que o motivou prendem em alto grau a seria attenção do gabinete de sua alteza real o príncipe regente.

Partindo do principio de que se trata de uma questão que interessa igualmente a todas as potencias que assignaram o acto do congresso de Vien-

na, elle tractará de promover entre essas potencias e a Suissa um convenio sobre os melhores meios por que se possa evitar tudo quanto prejudique a independencia e neutralidade da confederação helvetica.

Pego-vos, senhor, deis conhecimento d'esta nota ao presidente da confederação helvetica, deixando-lhe uma copia d'ella se elle assim o exigir. —Schellenitz. (L'Independance Belge.)

INSPECÇÃO DOS INCENDIOS

III.º sr.—Participo a v. s.ª que a 15 do corrente

NOTICIAS COMMERCIAES

Nota comparativa do commercio da Gran-Bretanha, com relação ao mez de fevereiro ultimo, extrahida do resumo mensal publicado pelo governo d'esta paiz

ARTIGOS	IMPORTAÇÃO						CONSUMMO DE ARTIGOS QUE PAGAM DIREITOS						EXPORTAÇÃO						EXISTENCIA	
	NO MEZ DE FEVEREIRO			NOS DOIS MEZES ACABADOS NO FIM DE FEVEREIRO			NO MEZ DE FEVEREIRO			NOS DOIS MEZES ACABADOS NO FIM DE FEVEREIRO			NO MEZ DE FEVEREIRO			NOS DOIS MEZES ACABADOS NO FIM DE FEVEREIRO			DEPOSITO NO FIM DE FEVEREIRO DOS ARTIGOS QUE PAGAM DIREITOS	
	1858	1859	1860	1858	1859	1860	1858	1859	1860	1858	1859	1860	1858	1859	1860	1858	1859	1860	1859	1860
Borraxa.....	121	3.248	867	1.299	3.328	1.139	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Cacau.....	521.489	614.275	353.685	1.169.945	763.387	1.167.686	263.977	358.159	310.530	493.551	607.538	679.855	—	—	—	—	—	—	3.651.646	2.086.828
Café do Brazil.....	474.017	1.394.257	990.035	475.016	1.649.028	1.403.859	60.933	16.332	27.956	130.062	33.253	64.577	—	—	—	—	—	—	—	—
» de outras partes.....	3.441.457	2.549.329	3.774.128	3.504.506	2.658.525	5.042.332	2.905.166	2.618.037	3.050.468	6.457.354	5.933.923	6.393.804	—	—	—	—	—	—	—	—
Total.....	3.915.474	3.943.586	4.764.163	3.979.522	4.608.553	6.446.191	2.966.099	2.634.369	3.078.424	6.587.416	5.967.176	6.458.380	—	—	—	—	—	—	19.772.426	21.792.456
Algodão do Brazil.....	7.954	6.668	16.551	25.951	16.265	27.928	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
» de outras partes.....	344.331	1.028.487	1.359.953	634.739	1.213.097	1.736.154	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Total.....	352.285	1.035.155	1.376.504	660.690	1.229.362	1.764.082	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Cremor tartaro.....	327	1.938	1.588	378	2.025	2.361	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Dentes de elefante.....	392	267	577	392	792	685	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Laranjas e limões.....	109.929	169.663	135.912	259.431	324.372	341.336	119.892	146.724	134.043	289.399	341.025	389.280	—	—	—	—	—	—	—	—
Couros secos.....	9.410	13.076	21.325	13.237	13.966	22.608	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
» molhados do Brazil.....	35.42	2.868	9.080	5.681	5.278	9.080	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
» de outras partes.....	16.467	12.548	38.776	18.815	16.088	42.044	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Total.....	20.009	15.416	47.856	24.446	21.366	51.124	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Couros curtos, menos os da Russia.....	130.234	147.327	304.946	228.029	252.929	485.800	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Azeite de palma.....	33.147	35.550	92.593	40.277	36.798	104.558	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
» de oliveira.....	565	2.054	1.060	945	3.302	1.566	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Assucar de 1.ª qualidade (branco).....	10.164	19.756	6.808	15.675	21.043	8.794	7.799	22.527	8.544	17.342	36.027	16.018	—	—	—	—	—	—	55.940	38.100
» 2.ª » (loiro).....	6.200	3.905	1.235	8.164	11.734	4.285	5.630	3.704	8.520	8.762	12.705	16.831	—	—	—	—	—	—	—	—
» de outras partes.....	199.578	192.077	227.126	210.244	972.537	298.029	270.174	239.735	213.497	622.294	601.937	437.905	—	—	—	—	—	—	—	—
Total.....	445.778	195.982	228.361	218.408	284.331	302.314	275.804	249.499	222.017	631.056	614.642	474.736	—	—	—	—	—	—	584.005	492.901
» 3.ª » (mascavado) do Brazil.....	55.312	107.030	52.520	95.418	151.361	82.715	66.204	77.863	52.085	128.885	144.409	114.944	—	—	—	—	—	—	—	—
» de outras partes.....	162.011	196.837	268.586	264.666	332.451	392.561	331.169	275.852	324.226	707.610	561.060	625.345	—	—	—	—	—	—	20.301	19.571
» de varias qualidades.....	217.323	303.867	321.106	360.084	438.812	475.276	397.373	353.715	376.311	896.495	695.469	740.289	—	—	—	—	—	—	920.528	1.247.629
Total.....	373.265	519.905	556.275	594.167	789.186	786.384	680.976	619.741	606.882	1.484.895	1.346.138	1.231.043	—	—	—	—	—	—	1.580.774	1.738.201
Sebo da America do Sul.....	389	1.226	6	3.299	2.077	4.121	389	1.240	6	4.710	5.921	600	—	—	—	—	—	—	—	—
» de outras partes.....	27.213	13.777	9.569	40.253	31.483	42.905	73.714	44.087	25.561	162.179	120.939	104.036	—	—	—	—	—	—	—	—
Total.....	27.602	15.003	9.575	43.552	33.566	47.026	74.103	45.327	25.567	166.898	126.860	104.636	—	—	—	—	—	—	55.096	130.647
Vinho de Portugal.....	146.749	162.834	133.821	216.706	208.418	167.565	146.415	166.714	23.758	281.777	327.578	155.477	—	—	—	—	—	—	4.224.873	3.723.717
» da Madeira.....	5.839	5.918	4.047	6.706	5.953	4.862	2.888	2.408	126	4.688	4.903	1.432	—	—	—	—	—	—	—	—
» de outras partes.....	208.642	479.200	563.003	381.798	570.437	937.162	354.062	435.640	138.040	731.525	879.384	552.146	—	—	—	—	—	—	516.685	—
» misturado em deposito.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Total.....	361.290	647.952	700.871	604.384	784.808	1.109.589	503.365	604.762	161.924	1.017.990	1.211.865	709.055	—	—	—	—	—	—	10.094.457	475.488
» total de tinto.....	198.627	221.510	258.054	284.785	282.293	373.537	191.091	233.092	48.886	379.649	469.470	246.967	—	—	—	—	—	—	—	—
» total de branco.....	162.663	426.442	442.817	320.139	502.515	736.052	312.274	371.670	113.038	638.341	742.395	462.088	—	—	—	—	—	—	—	10.417.916
Fazendas de algodão, a saber: chitas, cambraias, musselines, fustões e pannos misturados:																				
Para Portugal, Ayres e Madeira.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	4.638.958	3.052.139	4.585.540	8.094.699	5.745.199	7.481.576	—	—
Para o Brazil.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	5.376.821	8.534.353	9.152.629	12.964.681	10.377.310	21.667.558	—	—
Para Buenos Ayres.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	2.417.350	1.396.325	5.618.415	4.066.970	4.102.130	9.167.347	—	—
Louça para o Brazil.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	10.276	6.641	4.157	17.070	11.802	8.862	—	—
Ferragens e cutelaria para o Brazil.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1.505	3.305	1.780	5.488	7.535	4.399	—	—
Fazendas de linho de todas as classes, e cambraias, para o Brazil.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	514.430	620.739	711.083	1.240.963	1.231.684	1.738.865	—	—
Ferro fundido para o Brazil.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	167	221	573	542	414	—	—	—
Fazendas de lã, pannos de todas as classes, duffels e casemiras:													—	—	—	—	—	—	—	—
Para o Brazil.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Para Buenos Ayres.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	3.257	3.166	1.647	9.351	6.864	6.628	—	—
Fazendas de lã, pannos misturados, fiavelas, colchões e tapetes, para o Brazil.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	4.439	2.623	6.262	6.625	5.921	10.829	—	—
Total.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	109.418	68.103	73.808	265.875	139.478	192.123	—	—

MOVIMENTO MARITIMO

BARRA DE LISBOA

Dia 17 de abril de 1860

EMBARCAÇÕES ENTRADAS

Minna, barca ingleza, capitão G. Hislop, de New Castle em 14 dias, com carvão a ordens; 12 pessoas de tripulação.

Loureiro 1.º, hiate portuguez, mestre J. Lopes, do Porto em 2 dias, com assucar e mais generos; 7 pessoas de tripulação e 27 passageiros, que são: Luiz Lopes Gonçalves Moreira, empregado das obras publicas; Antonio Alexandre Machado, Antonio de Barros, Manuel Affonso de Sousa com 1 menor, lavradores; Joaquim Gonçalves de Aguiar, Francisco Pereira, José Francisco Guedes da Silva, Luiz José Figueira, artistas; José Francisco Cardoso, Antonio Gomes, Domingos Francisco dos Santos, Domingos Pereira, José Ribeiro da Costa, maritimos; José de Sousa e sua mulher, Antonio Joaquim Gonçalves, Domingos Martins, José Gonçalves Roque, Francisco Delgado, Domingos José Gonçalves, Paulo José Barbosa, Manuel Francisco, Antonio da Silva Porto, trabalhadores; portuguezes: Pedro Gomes Rodrigues, Manuel Gomes, trabalhadores; Rosa Pires; hespanhoes.

Jenny, brigue hamburguez, capitão F. N. Sonderburg, de Hamburgo em 19 dias, com trigo a J. R. Blanco; 12 pessoas de tripulação.

Jean van Eyck, brigue belga, capitão M. van Groenendaal, de Cardiff em 12 dias, com carvão a Torlades & Comp.; 11 pessoas de tripulação.

Cassandra, chalupa ingleza, capitão H. Pinhey, de Bristol em 6 dias, com carvão a G. Laidley & Comp.; 5 pessoas de tripulação.

Boa Hora, hiate portuguez, mestre M. A. Batalha, de Aveiro em 24 horas, com madeira; 7 pessoas de tripulação.

Minho, paquete inglez a vapor, capitão J. W. Beggs, de Liverpool em 4 dias e 20 horas, com fazendas, ferro e mais generos a G. A. Hancock & C.; 17 pessoas de tripulação, 1 mala e 1 passageiro.

Wilhelmina, galeota hollandeza, capitão A. Coster, de Vlaardingen em 17 dias, com varios generos a O. Herold & C.; 7 pessoas de tripulação.

Algeria, paquete francez a vapor, capitão T. Thumin, de Constantinopla em 17 dias, de Malta em 11, e de Gibraltar em 2, com trigo, seda e mais generos a M. Walsh & C.; 32 pessoas de tripulação e 4 passageiros. Destina-se para Londres, e vem aqui receber carvão.

Lealdade, hiate portuguez, mestre F. P. Coelho, de Caminha em 26 horas, com milho; 6 pessoas de tripulação, e 17 passageiros, que são: João Vaz Moreira, lavrador; Domingos Peres Franco com 1 pessoa de familia, Bernardino José Martins, João Antonio, José Pires dos Fornos, José Antonio do Penado, João Lourenço Neves, artistas; Francisco Garcia, João Rebello com 3 pessoas de familia, Antonio Gaia, Bento José Domingues, Manuel Teixeira, João Manuel Peres, trabalhadores; portuguezes.

EMBARCAÇÕES SAÍDAS

Behar, paquete inglez a vapor, capitão J. C. Almond, para a barra do Porto, Vigo e Southampton, com fazendas, fruta e dinheiro; 92 pessoas de tripulação e 44 passageiros.

Jesus e Gloria, cahique portuguez, mestre J. Proffio, para Ceimbra, com sal; 10 pessoas de tripulação.

Aleti, barca russiana, capitão M. A. Wenston, para Setubal, com sal; 13 pessoas de tripulação.

Sousa & Irmãos, patacho portuguez, capitão J. A. Rodrigues, para Loanda, com fazendas, vinho e

mais generos; 9 pessoas de tripulação e 3 passageiros, que são: Manuel Antonio Pinheiro, João Manuel da Silva Pessoa e sua mulher, negociantes portuguezes.